

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.601.738 - AM (2019/0308023-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : SUPRA FOOD COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
ADVOGADOS : PEDRO NEVES MARX - AM000464A
LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO - AM00A760

DECISÃO

Trata-se de agravo da FAZENDA NACIONAL, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, contra decisão que inadmitiu recurso especial, o qual desafia acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região assim ementado (e-STJ fl. 266):

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. PRELIMINARES DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO INVOCADO. REJEIÇÃO. ISENÇÃO SOBRE RECEITAS DECORRENTES DE OPERAÇÕES COMERCIAIS REALIZADAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS. POSSIBILIDADE. ART. 4º DO DL 288/67. JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DESTA REGIONAL. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDAS.

1. A preliminar de inadequação da via eleita por inexistência de ato coator deve ser rejeitada porque, "na hipótese vertente, a impetrante pleiteou a inexigibilidade do recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas decorrentes das operações realizadas dentro do limite geográfico da Zona Franca de Manaus. Trata-se, portanto, de mandado de segurança contra ato de efeitos concretos, que se renova mês a mês, qual seja, a exigência de recolhimento de tributo, não havendo que se falar em inadequação da via eleita, decadência do direito à impetração do mandamus e ausência de ato coator" (ApReeNec 0014157-59.2013.4.01.3200/AM, TRF1, Sétima Turma, Rel. Des. Fed. Reynaldo Fonseca, e-DJF1 15/08/2014, p. 1.006).

2. Preliminar de ausência de prova do direito invocado rejeitada, considerando que foram juntados com a inicial pela impetrante, sediada em Manaus/AM, documentos que comprovam o recolhimento de PIS e COFINS, sendo que a verificação de que as operações que deram origem à incidência dos tributos foram realizadas na Zona Franca de Manaus é providência que deve ficar para a fase de liquidação de sentença. Precedentes.

3. As operações com mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus são equiparadas a exportação para efeitos fiscais (art. 4º do DL 288/67), não devendo incidir sobre elas o PIS e a COFINS. Precedentes.

4. "O benefício fiscal também alcança as empresas sediadas na própria Zona Franca de Manaus que vendem seus produtos para outras na mesma localidade. Interpretação calcada nas finalidades que presidiram a criação da Zona Franca, estampadas no próprio DL 288/67, e na observância irrestrita dos princípios constitucionais que impõem o combate às desigualdades sócio-regionais" (REsp 1276540/AM, STJ, Segunda Turma, Rel. Ministro Castro Meira).

5. Apelação e remessa oficial não providas.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 333/336).

No apelo nobre, a recorrente aponta a violação dos arts. 489 e 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que "opôs embargos de declaração na E. Corte

Regional, para o fim de ver sanadas omissão, contradição e obscuridade quanto a questões federais relevantes, sobretudo no tocante a inexistência de normas isentivas de PIS e COFINS" (e-STJ fl. 343). No entanto, segue aduzindo, o Tribunal de origem rejeitou referido recurso, sem que fossem sanados os vícios processuais apontados.

Alega contrariedade do art. 2º, § 1º, da Lei 10.996/2004 e do art. 5º-A da Lei 10.865/2004, ao argumento de que o benefício fiscal conferido à Zona Franca de Manaus não alcança operações realizadas no âmbito dessa região, inclusive quanto às vendas para as pessoas físicas, de modo que incide, nessas hipóteses, a Contribuição do PIS e da COFINS sobre as receitas auferidas pelas empresas ali sediadas (e-STJ fls. 341/346).

Contrarrazões apresentadas.

Interposto agravo, devidamente contraminutado.

Passo a decidir

Inicialmente, destaco que conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo 3 do STJ).

Quanto à alegada ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, não se vislumbra nenhum equívoco ou deficiência na fundamentação contida no acórdão recorrido, sendo possível observar que o Tribunal de origem apreciou integralmente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, consoante entendimento desta Corte, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações das partes nem tampouco a rebater um a um todos seus argumentos, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como ocorre na espécie.

O acórdão recorrido atuou em perfeita harmonia com a pacífica orientação do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o benefício fiscal conferido à Zona Franca de Manaus alberga as operações realizadas no âmbito de tal região, afastando, nesses casos, a incidência da Contribuição do PIS e da COFINS sobre o faturamento ou receitas auferidas, não havendo distinção quanto às vendas realizadas a pessoas físicas ou jurídicas.

Nesse sentido, refiro-me aos seguintes acórdãos de ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESONERAÇÃO DO PIS E DA COFINS. PRODUTOS DESTINADOS À ZONA FRANCA DE MANAUS. EMPRESAS QUE VENDEM PRODUTOS PARA OUTRAS NA MESMA LOCALIDADE. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

MULTA. CABIMENTO.

1. À luz da interpretação conferida por esta Corte ao Decreto-Lei n. 288/1967, a venda de mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus equivale à exportação de produto brasileiro para o estrangeiro, em termos de efeitos fiscais, não incidindo sobre tais receitas a contribuição social do PIS nem da COFINS.
2. "O benefício fiscal também alcança as empresas sediadas na própria Zona Franca de Manaus que vendem seus produtos para outras na mesma localidade. Interpretação calcada nas finalidades que presidiram a criação da Zona Franca, estampadas no próprio DL 288/67, e na observância irrestrita dos princípios constitucionais que impõem o combate às desigualdades sócio-regionais" (REsp 1276540/AM, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 05/03/2012).
3. O recurso manifestamente improcedente atrai a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, na razão de 1% a 5% do valor atualizado da causa.
4. Agravo interno desprovido, com aplicação de multa.
(AgInt no AREsp 671.708/AM, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 06/10/2016).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. MANDADO DE SEGURANÇA. PIS E COFINS. ISENÇÃO SOBRE RECEITAS DECORRENTES DE OPERAÇÕES COMERCIAIS REALIZADAS NA ZONA FRANCA DE MANAUS. EQUIPARAÇÃO À EXPORTAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTRANGEIRO.

1. Consta-se que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.
2. A jurisprudência do STJ entende que "o art. 4º do DL n. 288/1967 atribuiu às operações da Zona Franca de Manaus, quanto a todos os ributos que direta ou indiretamente atingem exportações de mercadorias nacionais para essa região, regime igual ao que se aplica nos casos de exportações brasileiras para o exterior" (cf. Informativo de Jurisprudência do STJ 155 REsp 144.785/PR, Rel. Min. Paulo Medina, DJ 16/12/2002), havendo, portanto, o benefício da isenção das referidas contribuições, inclusive no caso de empresas sediadas na própria Zona Franca de Manaus.
3. Recurso Especial não provido.
(REsp 1.718.890/AM, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 02/08/2018).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Sem condenação ao pagamento de honorários recursais, por se tratar de recurso interposto em autos de mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator